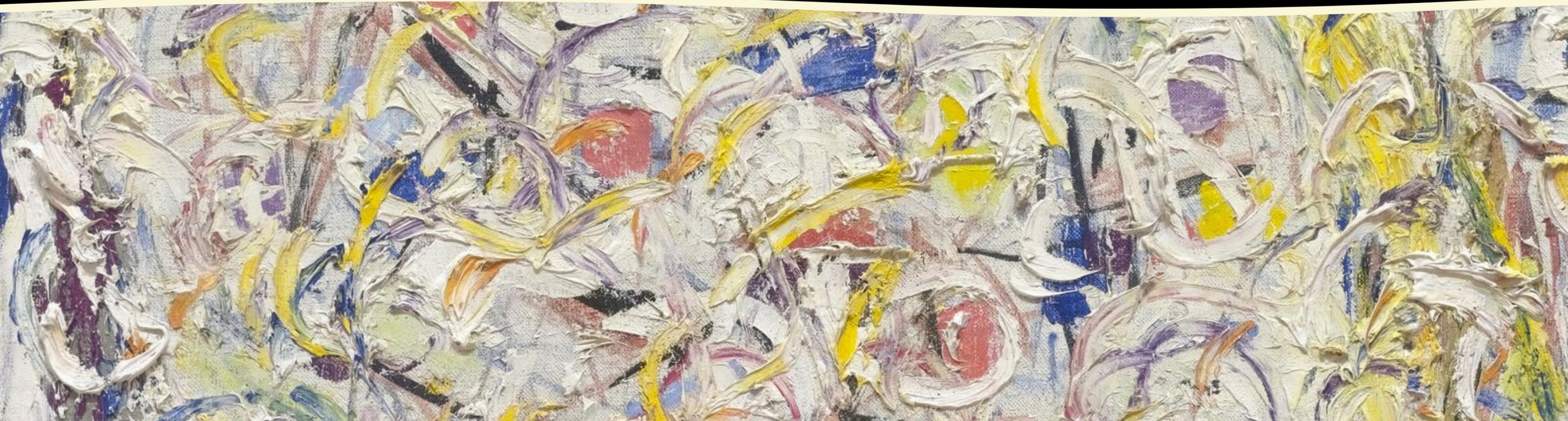


# Praia Vermelha



# Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## Temas Livres

**v.33 n.1**

**Jan-Jun/2023**

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



# Praia Vermelha

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA  
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Denise Maria Guimarães Freire

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA  
Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR  
Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
Fátima da Silva Grave Ortiz

## REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE  
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA  
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO  
Fábio Marinho

REVISÃO  
Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO  
Fábio Marinho

## CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Jackson Pollock (1912-1956)  
*Shimmering Substance*, 1946.

**Publicação indexada em:**  
Latindex  
Portal de Periódicos da Capes  
IBICT  
Base Minerva UFRJ  
Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos  
CEP 22.290-240  
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social  
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

☞ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

☞ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

☞ Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

# Sumário

## 5 Editorial

*Andrea Moraes Alves*

## TEMAS LIVRES ARTIGOS

## 6 A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres

*Sarah Sorati dos Santos & Tais Pereira de Freitas*

## 25 Aborto e discriminação interseccional

*Poliana Teixeira de Jesus & Debora Cecilia Chaves de Oliveira*

## 44 Pátria que me pariu: o governo Bolsonaro e a violência obstétrica

*Déborah Veviani da Silva*

## 69 Epistemologia feminista e a crítica ao projeto filosófico da ciência moderna ocidental

*Amanda Freitas Souza & Maria da Luz Alves Ferreira*

## 90 Conhecimento produzido no mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba

*Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues & Mônica Barros da Nóbrega*

## 116 A natureza e a gênese do Serviço Social: duas teorias conflitantes

*Silvio Redon & Eliane C. Santos de Campos*

## 141 Assistente Social e sua Implicação na Rede de Atenção Psicossocial

*Ingrid de Assis Camilo Cabral*

## 162 Um olhar decolonial para narrativas maternas de congolesas refugiadas no RJ

*Paula Colodetti Santos*

 Você está aqui.

 Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

# Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres

**Machismo**  
**Patriarcado**  
**Mulheres**  
**Cotidiano**  
**Enfrentamento**

O artigo ora apresentado traz a percepção de mulheres pobres, usuárias dos serviços e programas da política de assistência social, acerca da reprodução e enfrentamento ao machismo em seu cotidiano. O artigo é fruto de pesquisa bibliográfica e de campo, realizada a partir do método do materialismo histórico dialético e que teve como principais resultados a compreensão da realidade do machismo a partir de perspectivas plurais.

### **Sarah Sorati dos Santos**

Assistente Social e Técnica em Serviços Jurídicos.  
*sarah.sorati17@outlook.br*

### **Taís Pereira de Freitas**

Professora adjunta do Departamento de Serviço Social (UFTM) e doutora em Serviço Social (UNESP).  
*taispfreitas@hotmail.com*

### **Reproduction and confrontation machismo in women's daily life**

The article presented here brings the perception of poor women, users of the services and programs of the social assistance policy, about the reproduction and confrontation with machismo in their daily lives. The article is a result of bibliographic and field research, carried out using the method of dialectical historical materialism and whose main results were the understanding of the reality of machismo from plural perspectives.

**Machismo**  
**Patriarchy**  
**Women**  
**Daily life**  
**Confrontation**





## Introdução

A sociedade capitalista se constrói e reconstrói sob as bases do racismo e do patriarcado, sendo o último caracterizado, segundo Cisne e Santos (2018), pela opressão ao feminino, centralmente à mulher, pautado em relações sociais desiguais de sexo entre homens e mulheres, se manifestando por meio do machismo, da violência de gênero, feminicídio, da desigualdade salarial, entre outros. Tendo no patriarcado um elemento fundante da sociabilidade capitalista, este perpassa as relações sociais de modo a atribuir à mulher um papel de submissão e subserviência nos mais variados âmbitos da vida social. Mas como mulheres pobres percebem essas questões em seu cotidiano?

Esse artigo sintetiza um trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, que teve como base a realização de pesquisa bibliográfica e de campo, buscando conhecer como mulheres pobres, usuárias de serviços e programas da política de assistência social, percebem o machismo em seu cotidiano e como (ou se) fazem o enfrentamento dessa realidade.

O machismo está presente em todas as relações estabelecidas na sociedade contemporânea, de modo que compreender seus elementos é fundamental para a não reprodução dos mesmos. Desde o nascimento, são atribuídos papéis específicos referentes ao gênero biológico do sujeito. Tais papéis não são biológicos ou naturais, mas socialmente construídos numa lógica de inferiorização da mulher.

Mas e o “instinto” da mulher? Às mulheres, historicamente, é delegado e naturalizado o espaço do lar e a criação dos filhos, associados à sua capacidade de gestação, de modo que, de forma complementar e diametralmente oposta a isso, ela é afastada dos espaços de mando e poder. Ou seja, valoriza-se a tal “capacidade”, ou ainda “o jeito especial” da mulher para as coisas domésticas, ao passo que quanto mais ela se envolve e se reconhece nesse espaço, mais ela se afasta dos espaços públicos, historicamente espaços de poder.

O feminismo, enquanto movimento histórico de luta pela igualdade das mulheres, sempre teve como uma das principais bandeiras, o direito de as mulheres ocuparem os espaços públicos, sendo um exemplo disso a luta pelos direitos políticos com o movimento sufragista, uma das primeiras lutas feministas

*“A gente tinha era que ir pra praça aqui do bairro e falar tudo essas coisas pros morador (sic) daqui.”*

Falas de participantes do grupo de mulheres





da história. Contudo, a crítica que se coloca, especialmente por correntes dos movimentos feministas negros (que têm como expoentes Angela Davis, Assata Sakur, Bell Hooks), é que essas lutas não consideravam a realidade das mulheres não brancas.

O ponto de partida das análises aqui apresentadas é a necessidade de que a ideia de feminismo enquanto luta (busca, movimento) pela igualdade, deve ser acessível a todas e todos. As mulheres pobres, usuárias dos serviços e programas da assistência social têm direito a terem suas vozes ouvidas, no que diz respeito ao machismo e seu enfrentamento. O direcionamento ético da proposta de pesquisa que foi realizada parte da ideia de feminismo para todos, cuja principal expoente da contemporaneidade é, nesta análise, Bell Hooks (2019).

O artigo ora apresentado tem a seguinte organização: inicialmente, de forma sucinta, o percurso metodológico; posteriormente, duas seções temáticas, sendo que a primeira traz a discussão acerca da construção histórica do machismo e a segunda apresenta as análises acerca da reprodução do machismo na contemporaneidade a partir da percepção das mulheres pesquisadas.

### **Percurso metodológico**

O artigo foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e de campo, buscando-se compreender como se dá a reprodução do machismo no cotidiano das mulheres. Contudo, torna-se importante pontuar que a pesquisa foi projetada a partir de vivência de estágio junto a um grupo de mulheres usuárias da política de assistência social em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em município da região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais. A partir dessa vivência, buscou-se desenvolver uma pesquisa visando entender como essas mulheres compreendem (ou não) o machismo e como o reproduzem.

A pesquisa de campo foi registrada e aprovada no Comitê de Ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) através da Plataforma Brasil, e teve como objetivo geral conhecer como se dão as percepções sobre o machismo por mulheres participantes de grupo no Centro de Referência da Assistência Social.

### **A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres**

Sarah Sorati dos Santos  
Tais Pereira de Freitas



O método utilizado para a pesquisa de campo foi pautado no materialismo histórico dialético, buscando compreender a realidade observada a partir de seus diversos determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos. Com isso, foi desenvolvido um projeto de oficinas tratando de assuntos relacionados à temática de gênero (como a construção histórica do ser mulher, família, mercado de trabalho etc.), buscando promover esse debate juntamente com as mulheres participantes do grupo desenvolvido pelo CRAS, ressaltando o machismo e suas formas de reprodução, além de como este é observado no cotidiano destas.

A situação de emergência gerada pela pandemia do novo Coronavírus, e a consequente suspensão das atividades do grupo, permitiu a realização de 03 oficinas, desenvolvidas a partir de uma dinâmica inicial que objetivava provocar a discussão acerca da temática proposta. A partir da dinâmica (uma música, uma brincadeira) as participantes iam construindo reflexões acerca da discussão realizada.

As reuniões foram gravadas apenas em áudio e, após a reunião o conteúdo foi transcrito. Cumpre destacar que as participantes variaram nos três encontros realizados e que na transcrição elas não foram identificadas, já que a proposta era acompanhar o grupo. As falas que foram utilizadas nesse trabalho são identificadas apenas como sendo de “Participante do Grupo de Mulheres”.

### **Entendendo a construção histórica do machismo**

Entende-se que só foi e é possível ao homem assumir um papel de protagonismo na consolidação do Estado, bem como hoje ainda se observa sua predominância nos espaços públicos, porque é historicamente delegada à mulher a responsabilidade sobre o lar e criação de filhos.

Segundo Silvia Federici (2019, p. 32), “[...] a desvalorização do trabalho reprodutivo tem sido um dos pilares da acumulação de capital e da exploração capitalista do trabalho das mulheres”, de modo que a exploração do trabalho doméstico, historicamente feminino, serviu de base para a consolidação do sistema capitalista, como ainda serve à sua manutenção.

A afirmação de um determinismo para a condição de submissão das mulheres é, no mínimo, equivocada. Tem-se uma construção histórica, onde gradativamente as mulheres vão perdendo direitos,

*“A gente, não sei se é por causa de geração, mas a gente mulher já tem esse instinto que acha que é mulher e tem a obrigação de fazer.”*



sendo subjugadas e limitadas ao espaço privado do lar, criando-se assim as bases para a apropriação capitalista dessa submissão da mulher.

A partir da consolidação do modo de produção capitalista, explicita-se a divisão da sociedade em classes e a exploração de uma delas, utilizando-se da tradição para justificar a inferiorização social da mulher. Dessa forma, atribuindo ao sexo feminino, “deficiências físicas e mentais que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas” (SAFFIOTI, 1979, p. 35), não reconhecendo que as barreiras ao desenvolvimento da mulher foram construídas pela própria sociedade historicamente. Faz-se necessário salientar que, nesse estágio, opera-se a marginalização do sistema produtivo sobre as mulheres esposas dos membros da burguesia, não abrindo mão do trabalho feminino das classes subalternas.

O assalariamento, bem como a separação latente entre o trabalho e a posse dos instrumentos, embora não impacte apenas as mulheres, incide sobre o trabalho feminino maior contradição. Observa-se o caráter de subordinação do fator sexo pelo desenvolvimento econômico ao passo que a participação da mulher no sistema produtivo fabril representa a garantia de maior lucro ao capitalista, devido à baixa remuneração, bem como a passividade no sentido das reivindicações sociais, relacionada à submissão tradicional da mulher. Assim, nota-se na Inglaterra e posteriormente, na França, a entrada de grande número de mulheres mal remuneradas em substituição à mão de obra masculina (SAFFIOTI, 1978).

Tal fenômeno promove uma hostilidade dos homens em relação às mulheres, uma vez que estes se sentem ameaçados com a inserção feminina em seus locais de trabalho, culpando-as pelo iminente desemprego.

O novo fenômeno do trabalho feminino fora de casa provocou tremendo desespero e confusão em todos os ofícios, já que virava o mundo dos trabalhadores do avesso. Homens e mulheres competiam ferozmente por trabalhos à medida que as mulheres substituíam os homens por salários mais baixos. As mulheres abandonavam suas tarefas familiares tradicionais pelo trabalho assalariado, deixando frequentemente um marido nervoso e desempregado em casa para cuidar do bebê e mexer a sopa. À medida que os salários caíam, até

#### **A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres**

Sarah Sorati dos Santos  
Tais Pereira de Freitas





mesmo as mulheres com maridos empregados se viam forçadas a encontrar trabalho. Os homens começaram a se organizar contra as mulheres e a levantar a demanda por um “salário familiar” (GOLDMAN, 2014, p. 36).

Tem-se, ainda nos dias atuais, essa hostilidade impregnada em algumas áreas, seja pelo pensamento tradicional de que não seria “lugar para mulher”, ou que esta não seria capaz e eficiente de desempenhar aquela atividade, seja pelo ranço histórico devido ao uso desta mão de obra no sentido de substituir a outra. Tal pensamento se priva de uma análise de totalidade no sentido de não se associar o fenômeno enquanto um mecanismo para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista, que inclusive se faz valer dessas tensões sociais, dificultando a unidade da classe.

A guisa de síntese, a sociedade capitalista, portanto, se constrói e se reconfigura historicamente a partir da submissão da mulher, e a definição de papéis que essa deva desempenhar, seja no lar, como esposa e mãe, e ainda quando essa adentra ao espaço público do mercado de trabalho, permanece a atribuição de determinadas funções.

Estas foram as bases sobre as quais se instituiu a sociedade capitalista, e no Brasil essa realidade só ganha novas cores e contornos, permanecendo em regra, a mesma. Foi sobre a perseguição de corpos femininos, exploração de sua capacidade reprodutiva, educação condicionada a subserviência e apropriação de seus direitos básicos para a manutenção da ordem. Foi também sobre justificativas biológicas e teológicas.

Nada disso é possível de ser apagado ou esquecido e se compreende, ainda, uma distância considerável com a plena reparação, mas é estritamente necessário que se reconheça tais bases para acompanhar a necessidade das lutas feministas ao longo dos anos, em suas variadas demandas, bem como reconhecer os reflexos desse processo na sociedade contemporânea.

### **A percepção do machismo no cotidiano das mulheres participantes do grupo**

O Brasil, país formado a partir de um processo de expansão situado dentro de um cenário capitalista, vai se desenvolver como uma nação extremamente desigual na relação entre homens e mulheres. E historicamente, esse contexto de desigualdades vai sendo reproduzido e reconfigurado.

*“Só mesmo rejeita bem conhecida receita, quem, não sem dores, aceita que tudo deve mudar.”*



O sistema patriarcal se expressa, literalmente, pelo poder do pai, ou dominação do homem, na sociedade, ou seja, caracteriza uma formação social onde o homem detém o poder (DELPHY, 2009 *apud* CISNE; SANTOS, 2018). Sendo um sistema, ele se expressa de diferentes formas e reflete sobre todas as relações sociais. Partindo desses pressupostos, propõe-se nesse item, esmiuçar as falas e reflexões desenvolvidas nas oficinas, para identificar como o machismo se faz presente na construção dessas mulheres e seu cotidiano, muitas vezes inconscientemente.

A pesquisa que compõe esse trabalho foi realizada com um Grupo de Mulheres usuárias da política de assistência social no município de Uberaba-MG. Na primeira oficina realizada com esse grupo, com o fomento da discussão sobre a imagem da mulher construída na história, uma das participantes colocou que “tem umas mulher (*sic*) que é muito relaxada, senta e abre o livro e não tá nem aí”. Essa fala, além de demonstrar o forte controle desempenhado pela sociedade sobre a mulher, expressa também a possibilidade de reprodução do machismo por estas. Assim, é necessário que se considere que, devido à formação histórica da sociedade e a naturalização da distinção dos sexos, é também possível que as mulheres reproduzam o patriarcado.

Todavia, sempre que uma mulher reproduz o patriarcado, ela favorece a lógica de dominação masculina e fortalece a subordinação feminina. Em outras palavras, ao reproduzir o patriarcado, as mulheres, diferentemente dos homens, não usufruem dos privilégios, ao contrário (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43).

Fica latente, já no primeiro momento da pesquisa de campo, com a sensibilização desenvolvida para convidar as mulheres a participarem das oficinas, como a sociedade capitalista classifica e institui padrões de mulheres sobre as quais outras devem se espelhar e, muitas vezes, distantes da mulher real. Ao ser apresentado o clipe da música Triste, Louca ou Má, da banda Francisco El Hombre, as mulheres se atentaram ao fato de serem protagonistas do clipe mulheres negras, gordas e idosas, contrapondo o ideal estético majoritariamente empregado pelos veículos de comunicação.

Assim, além da gordofobia e da opressão geracional, também partes do sistema opressivo capitalista, resgata-se Cisne e Santos (2018, p. 111) uma vez que “percebemos com nitidez a relação entre sexismo

#### A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres

Sarah Sorati dos Santos  
Tais Pereira de Freitas



e racismo na constituição da formação brasileira, o que obviamente imprime fortes expressões na nossa cultura”.

A educação feminina, embora tenha sofrido grandes transformações ao longo dos anos, principalmente com crédito à luta crescente do movimento feminista, ainda hoje se encontra enquanto desigual com referência a dos homens. Nota-se que, principalmente no papel da família enquanto espaço primeiro de socialização de meninos e meninas - e calcada na herança da relação Igreja-Estado de intervenção nesse espaço -, uma diferenciação na criação desses e dessas, respeitando os papéis que se espera que desempenhem com o crescimento, para a manutenção do sistema patriarcal.

Mesmo tendo havido transformações estruturais que afetaram a configuração da família nuclear, concordamos com Meszáros (2002, p. 278) que ela permanece ocupando “uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital”, afinal, “ela é seu ‘microcosmo’ insubstituível de reprodução e consumo” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 61).

Assim, as mulheres do grupo, com as quais foi desenvolvida a pesquisa de campo desse trabalho, também observaram essas diferenças em dinâmica realizada pelas pesquisadoras. A atividade consistiu em dividir as mulheres em grupos e distribuir, entre estes, brinquedos variados do produto Kinder Ovo, sendo solicitado que fizessem a separação entre os brinquedos que eram “de meninas”, os “de meninos” e os “neutros”. Com essa categorização, ficou explícito que tais diferenças existem e que servem a um propósito.

Os brinquedos “de meninos” apresentam, em sua maioria, um padrão de cores: azul, amarelo, vermelho. São relacionados a esportes radicais, e representam a vida extralar, com carros, caminhões e pião. Os categorizados como “de meninas”, por sua vez, apresentam cores claras, na maioria rosa, lilás e azul “bebê”. São relacionados à criatividade, magia compreendendo o espaço intralar, como fadas, bonecas, animais com asas e acessórios (como anéis e prendedor de cabelo).

O significado das cores também é importante, uma vez que atribuem aos sujeitos indicados características específicas. A cor azul, majoritariamente encontrada nos artigos para meninos, representa “seriedade, tranquilidade, razão e sabedoria,

#### **A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres**

Sarah Sorati dos Santos  
Tais Pereira de Freitas





qualidades socialmente esperadas no comportamento de homens e meninos” (BALISCEI; MAIO; CALSA, 2016). Em contraponto, os tons rosados observados nos artigos femininos simbolizam “o encanto, a amabilidade. Remete à inocência e frivolidade” (FARINA; PEREZ; BASTOS, 2006).

A terceira categoria, de brinquedos ditos “neutros”, foi composta por majoritariamente animais, de cores variadas, em maioria condizentes com a realidade daquelas espécies. Uma curiosidade observada foi que, enquanto um gatinho rosa foi colocado na categoria “de meninas”, outro gato da cor preta foi separado como “neutro”, reforçando aqui a importância da cor para associação ao gênero.

Nessa discussão, foi apontada a possibilidade de meninos brincarem com objetos entendidos como “de meninas”, por exemplo, bonecas. Ainda, sobre o uso de batom por meninos que pedem isso na infância. Quanto a isso, a resistência das mulheres foi no sentido de entender que esse poderia ser um incentivo para que o menino “virasse” homossexual, fugindo do que é esperado deste para a harmonia da sociedade.

Não, aí tá errado. Porque querendo ou não ela já tá incentivando ele a ser mulher que nem ela (a mãe) [...] se você incentivar ele desde cedo passando batom, fazendo as unhas ele vai crescer achando que ele é mulher. Tem que deixar ele crescer e escolher (Participante do grupo de mulheres).

E em outro apontamento:

Adulto não pode dar tudo que a criança quer, se a criança pedir um revólver o adulto vai dar um revólver? Aí não. Se pedir boneca vai dar boneca? (Participante do grupo de mulheres).

Esses apontamentos implicam para uma questão inerente ao patriarcado, sistema de opressão e inferiorização do sexo feminino,

O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres; há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o “modelo” patriarcal do “macho” também sofrem sua opressão. Todos eles, porém, são associados pejorativamente ao sexo feminino. [...] Logo, ainda que o exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao





desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43).

É, ainda, mais fácil associar o fato de um menino brincar com objetos tidos como femininos à homossexualidade, do que neutralizar os objetos e brinquedos para garantir a liberdade desses sujeitos em escolher suas brincadeiras. Em outro apontamento, “Talvez se os homens brincassem de boneca eles seriam mais MATERNOS” (Participante do grupo de mulheres), fica explícito que essas atividades infantis remetem aos papéis socialmente atribuídos e, também, ao caráter de maior responsabilização à mulher para com a maternidade, recaindo sobre a paternidade menor peso na criação dos filhos.

Heleieth Saffioti (1987) pondera que “Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. E através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída”. Assim, essa identidade não é natural, mas naturalizada historicamente, com influência principalmente da Igreja e do Estado, para que se tornem inquestionáveis. O espaço privado, do lar, ainda hoje, se apresenta enquanto fundamental para a reprodução e naturalização desses papéis, lembrando que a esse espaço (do matrimônio e da família) foi confiado pela Igreja a tarefa de irradiar a fé católica e seus preceitos.

Algumas mulheres do grupo se manifestaram dizendo que, em suas casas incentivam a divisão das tarefas domésticas entre os filhos e filhas de forma igual: “[...] lá em casa é bem dividido (as tarefas), todos eles dividem o serviço com a esposa sim, porque aprendeu a dividir o serviço comigo desde pequeno” (Participante do grupo de mulheres).

Mas, ainda, se observou resistência quando essa questão se distancia da relação “mãe e filho”, partindo para a relação “marido e mulher”, quando outra participante apontou:

[...] mas tem o instinto de mulher e mãe aí. Eu ensinei meus filhos todos [...] como eu fui mãe solteira, criei eles pra eles ser (*sic*) independente e eles sabe (*sic*) fazer de tudo... arrumou mulher, eu queria que eles fizesse (*sic*) pra eles ser independente, aí arrumou mulher, ele sai pra trabalhar, chega tarde e tem que lavar louça, arrumar a casa, dar banho em menino, fazer janta, aí eu apelo, eu acho que tem que ser dividido





[...] eu acho errado porque ela não trabalha, aí ele tem que chegar do serviço cansado, louça pra lavar, casa pra arrumar, fi (*sic*) pra dar banho e janta pra fazer (Participante do grupo de mulheres).

Quando foi proposta a reflexão sobre o fato, pouco recorrente, de ser o homem sobrecarregado pelas tarefas domésticas e de criação dos filhos (na situação apontada pela participante) gerar mais comoção do que quando, via de regra, é a mulher que assume essa sobrecarga, a participante reconheceu que:

[...] a gente acha que é normal. A gente, não sei se é por causa de geração, mas a gente mulher já tem esse instinto que acha que é mulher e tem a obrigação de fazer [...] e se ela for reclamar e tiver outra mulher perto, a outra mulher vai falar “mas po, ele chegou do serviço, ele ta cansado, você ainda quer que ele vai lavar roupa, fazer isso, fazer aquilo” ele próprio fala “trabalhei o dia inteiro, ainda vou fazer as coisas? Faça não! Tenho mulher pra quê? (Participante do grupo de mulheres).

O trabalho intralzar sequer é reconhecido enquanto um trabalho, considerado, então, como obrigação inerente ao ser mulher, sendo que o homem não deve realizá-lo e quando o realiza, considera-se que está prestando uma ajuda a mulher.

Desta forma, a igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades pelos homens e mulheres, em qualquer campo de atividade, aí incluso o espaço doméstico. Não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade do outro. Trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família. Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da “ajuda” que os primeiros podem oferecer as últimas (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

Nesse sentido, é também prejudicial quando se considera o trabalho feminino fora de casa como uma “ajuda” ao pai/marido, em sua figura de provedor, uma vez que sendo considerada meramente uma “ajudante”, “à mulher se oferece um salário menor, ainda que ela desempenhe as mesmas funções que o homem. A própria mulher, admitindo seu trabalho tão somente como ‘ajuda’, aceita como natural um salário inferior” (SAFFIOTI, 1987, p. 15).





De fato, quando chegou o momento do matrimônio, às mulheres já foi desempenhada, durante toda a vida, uma educação que naturaliza a sua responsabilidade na manutenção do lar. Para além dessa responsabilidade, a estas são limitadas as possibilidades de se envolverem em outras atividades que não relacionadas à construção de família. Como observado na dinâmica dos brinquedos, aos meninos, desde criança, tem-se o incentivo dos carros, do futebol, enquanto às meninas são dadas bonecas para treinarem suas habilidades maternas, além de acessórios para incentivar a preocupação com a aparência física.

Com o objetivo de refletir acerca de frases machistas que são faladas no cotidiano para naturalizar a imposição de postura e inferioridade da mulher, foi proposta, em outro momento, a dinâmica “Caixa de Frases”. Nessa, para cada mulher participante foi entregue uma frase, majoritariamente ditados populares, que possuem caráter sexista, propondo problematização. Foram elas:

- “Senta direito! Fecha as pernas!”
- “Mulher leva mais jeito pra trabalho doméstico”
- “Chorar é coisa de menininha!”
- “Isso não é coisa de mulher”
- “Vai virar mulherzinha na cadeia”
- “Essa mulher é pra casar”
- “Já sabe cozinhar, já pode casar”
- “Trocou uma de 40 por duas de 20”
- “A única coisa que você pilota bem é fogão”
- “Vestido curto demais, tá pedindo...”
- “Mulher só é completa quando tem filhos”
- “Mulher bêbada é feio!”

Dentre as frases, algumas geraram maior debate, como “A única coisa que você pilota bem é fogão”, para a qual uma participante apontou “eu não piloto bem só fogão, eu piloto a máquina, o ferro... lá em casa eu sou homem e mulher, faço tudo!”. Por mais que expressamente denota uma não concordância com a afirmação, na fala da participante ainda não é compreendida a possibilidade à mulher de extrapolar o espaço privado do lar para suas ações.





Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de rendas encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

Ainda, a educação foi apontada pelas participantes como um fator para a superação do sexismo nas relações, sendo levantado que “gente estudada não pensa mais assim não. Meu genro é engenheiro, ele chega em casa pega o balde e limpa a casa” (Participante do grupo de mulheres). Todavia, pode-se observar que, ainda, o protagonismo para essa superação foi instituído ao homem que, estudando, minimizaria seu domínio sobre a mulher, não sendo colocada a possibilidade de que a própria mulher, estudando e reconhecendo sua posição, contraponha à inferiorização.

Outra frase que gerou debate foi “Vai virar mulherzinha na cadeia”. Nesta, levou um tempo para que as mulheres conseguissem visualizar a problemática impressa, e o caráter pejorativo extremo da inferioridade que recai sobre a mulher. Sabe-se que, popularmente, “virar mulherzinha na cadeia” remete ao homem que, no cárcere, acaba sendo obrigado a assumir tarefas como a limpeza da cela, em muitos casos remete a estupros, sofrimento, uso compulsório de calcinha e artigos femininos e abuso sexual. “Virar mulherzinha”, então, é o desumanizar do homem, seus sentimentos e vontades não são considerados. Terminada a reflexão, uma participante do grupo de mulheres apontou “Eles tá (*sic*) desmoralizando nós, uai, falar que vai virar mulherzinha?”.

Como observado durante todo o trabalho, as relações sociais de sexo são calcadas na desigualdade e na subordinação do feminino pelo masculino. Nesse sentido, os debates nas oficinas ressaltam alguns pontos, já levantados, sobre os quais se mantêm as desigualdades dessa relação e pelos quais se garante, historicamente, com justificativas religiosas e biológicas, sua naturalização. Assim, tem-se na capacidade de procriação da





mulher, principalmente, a justificativa para sua limitação ao espaço do lar e tudo a ele relacionado, castrando sua potência social, uma vez que “em ficando em casa todo ou quase todo o tempo, a mulher tem menor número de possibilidades de ser estimulada a desenvolver suas potencialidades” (SAFFIOTI, 1987, p. 14).

Alguns pontos centrais demandam destaque para se compreender a relação desigual entre homens e mulheres, dentre os quais cita-se matrimônio-família, educação, sexualidade e trabalho. Observa-se que, historicamente, as categorias matrimônio e família se encontram entrelaçadas pelo cadeado da monogamia. O matrimônio, como observado, pela influência da Igreja Católica, tem sido usado no sentido de condicionar a mulher à uma posição específica, de mãe e esposa, domesticando-a e evitando que se perca nos caminhos da leviandade.

A família, então, se encontra enquanto o objetivo da mulher que, pela educação que socialmente lhe é imposta, deve se manter em resignação ao marido e aos filhos. Esta, enquanto unidade econômica e social, mantém as bases da sociedade capitalista pela monogamia, sendo considerada por Waters *apud* Cisne e Santos (2018, p. 59) como “a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras”. É nesse espaço que se institui, inicialmente, os papéis aos sexos, de modo que o pai ocupa o lugar de provedor, a mãe é responsabilizada pela criação dos filhos e a subserviência ao marido, e os filhos, por sua vez, também são diferenciados em suas funções diante de seu sexo biológico, como visto nas discussões das oficinas.

A sexualidade também pode ser observada na história como importante elemento para a castração da mulher, sendo limitada pela Igreja, apropriada pelo Estado e, por fim, usurpada pelos homens para demonstrar o seu poder. As mulheres do Brasil Colônia tinham, na sexualidade, um meio de garantir a renda necessária à sua sobrevivência e de sua família, ainda sendo obrigadas, em seu desempenho, a suprir as necessidades e prazeres do homem, fora do matrimônio. Por outro lado, tinham seus próprios prazeres negados na medida que, enquanto escravizadas, negras e indígenas não tinham a possibilidade de escolher com quem usá-la, enquanto às brancas era imposta a castidade e a prática sexual unicamente para fins de procriação.

**A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres**

Sarah Sorati dos Santos  
Tais Pereira de Freitas





O controle sobre a sexualidade da mulher passa a ser constituído ao passo que aos homens se estimula total liberdade sexual. Nas palavras de Lessa (2012, p. 32): “Na mesma proporção em que à mulher é negado o direito ao prazer, aos homens é requerida uma volúpia incontrolável”. Nesse sentido, a monogamia nunca foi uma condição para os homens. Esse fato denuncia que seu fundamento não é uma questão moral, se assim o fosse, seria estendida aos homens (CISNE; SANTOS, 2018, p. 59).

Hoje, ainda se observa que a mulher que goza de maior liberdade sexual é taxada de “puta”, não sendo “para casar”; a mulher que usa roupas curtas “está pedindo para sofrer violências”; a mulher não pode sentar de pernas abertas e ainda é responsabilizada pelo uso de métodos contraceptivos, sendo culpabilizada pela gravidez indesejada. Tem-se, no estupro, a arma histórica de inferiorização da mulher, e garantia da manutenção do poder do homem sobre seu corpo, suas vontades e prazer, ocorrendo inclusive dentro do casamento, e por muito tempo legitimado pelo Estado.

Essas características da condição da mulher na sociedade, até então restritas ao espaço privado, se refletem nos espaços públicos que ainda se encontram sob forte hierarquização dos sexos. Em maioria, são homens que ocupam os cargos altos de mando, reproduzindo a sujeição das mulheres também no mercado de trabalho. Nos espaços políticos, também tem-se, via de regra, homens ditando leis e condutas, e quando se alcança conquistas pelos grupos de pressão, por meio de leis, estas ainda não são de fato efetivadas, uma vez que são homens que deveriam garantir seu cumprimento.

Além disso, não raro se nota salários desiguais sendo pago a mulheres que desempenham a mesma função que os homens ou, até mesmo, profissões que se encontram historicamente ocupadas majoritariamente por mulheres, em principal no âmbito dos serviços sociais e de cuidado, sendo desvalorizadas, tanto no caráter de status, quanto no próprio teto de salários.

Como resultante das relações sociais e históricas, a divisão sexual do trabalho está sujeita a transformações, contudo, mantém dois “princípios organizadores” que funcionam como “invariantes” nesta categoria: a “hierarquia”, por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a “separação” entre o que

**A reprodução e o enfrentamento ao machismo no cotidiano das mulheres**

Sarah Sorati dos Santos  
Tais Pereira de Freitas





é trabalho do homem e da mulher (Kergoat, 2010, 2012). Não se trata apenas de trabalhos diferentes segundo o sexo, mas hierarquicamente distintos e assimétricos, que se desdobram e se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos (CISNE; SANTOS, 2018, p. 62).

Por fim, ser mulher não é “padecer no paraíso”, mas sim padecer em uma sociedade que lucra e estimula as desigualdades, castra o prazer e a potencialidade humana, limitando a diversidade.

### **Considerações finais**

Pensar a condição histórica da mulher é pensar, diretamente, no modelo de sociedade enraizado, sendo este machista, sexista, heteronormativo, racista e patriarcal, bem como seus meios de manutenção. Nesse sentido, a monogamia se constitui como elemento crucial para controle dos indivíduos no exercício de suas funções pré-estabelecidas, no sentido da reprodução do capital. Somado a isso, o forte trabalho ideológico desempenhado, principalmente pela Igreja, corrobora para a naturalização dessas funções e papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres em seu tempo. A lógica da submissão feminina, de sua fragilidade e dependência, atende aos interesses desse sistema que lucra com o trabalho não remunerado dessas mulheres, sendo que, por si só, o fato de carregar em seu ventre os(as) futuros(as) trabalhadores(as), não a garantem maior valorização.

A monogamia, enquanto diminuição do círculo chamado família, surge como uma necessidade do modo de produção que se consolidava, estando intimamente ligada ao acúmulo de riqueza e à propriedade privada, nada vinculada ao amor ou à moral. Conhecer tais bases é fundamental para se compreender que nem sempre foi assim, mas que na verdade, faz parte de um processo histórico e, assim sendo, passível de transformação.

No Brasil, a opressão ao feminino se dá, historicamente, de diversas formas. Seja limitando algumas ao espaço do lar e à castidade, seja condicionando outras à escravidão sexual. Quando reconhecida tal realidade, surgem exemplos individuais de resistências a ela, culminando na organização política e coletiva destas mulheres. Infelizmente, a conquista de direitos políticos não é suficiente para a emancipação feminina, uma vez que não impacta na estrutura sexista que sustenta as relações sociais.



Enquanto, no movimento sufragista, mulheres brancas de classe média e alta, lutavam pela conquista de direitos políticos, grande parte das mulheres trabalhadoras e marginalizadas ainda buscavam direitos básicos à sobrevivência, não sendo atingidas pelo movimento.

Ainda hoje, a luta feminista encara desafios quanto ao seu alcance e objetivo finalístico. Se a luta, as bandeiras e a própria teoria não abarcam a mulher trabalhadora e periférica, ela pouco tem de revolucionária, se limitando ao reformismo e corroborando para o aumento do abismo entre as classes. Não basta, para a transformação societária, que mulheres se insiram nas Instituições, quando estas são, estruturalmente, opressivas e limitadoras. Menos ainda se tem de resultados quando a academia investe numa “conscientização” das mulheres e comunidades, levando verdades e assumindo uma postura de convencimento. É na resistência cotidiana, no trabalho de base, de fato com a base, na escuta e, principalmente, na valorização dos saberes e vivências dos sujeitos que se pode construir possibilidades de transformação.

Bem como a conquista de direitos políticos, também o trabalho nas fábricas (extralar) não é suficiente para a autonomia e emancipação femininas. Observa-se que o trabalho doméstico ainda se constitui como função exclusiva da mulher e, assim sendo, mesmo que esta tenha outra ocupação, não está isenta de desempenhá-lo, assumindo uma sobrecarga disfarçada de “força” e “amor”, que a tornam uma “mulher guerreira” ou, quando não dá conta, delegando esse trabalho para outra mulher. Na medida que se nega o trabalho doméstico como um trabalho, de fato, assalariado e fundamental para a manutenção da sociedade e do próprio sistema que o rege, aprisiona-se a mulher nessa função, desvalorizando o que é “coisa de mulher” e individualizando essa responsabilidade.

A mulher brasileira, ainda que diversa em raça e posição social, via de regra carrega em seus ombros fardos que só ela - tendo nascido com uma vagina, ou se reconhecendo em algum momento como tal - sentirá. Sobre essa, recai a imposição de posturas e ações que, historicamente, significam o que esta é ou deve ser na sociedade, e reconhecer tais elementos as torna capazes - ainda que minimamente, devido aos limites dessa tal liberdade capitalista - de escolher o que quer ser, aonde quer

chegar e o que disso tudo, de fato, diz sobre si e ainda, se propor a construir uma outra sociabilidade. Conhecer as correntes que as aprisionam é fundamental para conseguir transpô-las.

Em se tratando de um trabalho, desenvolvido por mulheres pesquisadoras, para conclusão de um curso referente a uma categoria (Serviço Social) composta majoritariamente por mulheres e abarcando, para seu desenvolvimento, um grupo de mulheres participantes, fica explícita a necessidade e importância desse debate. Também nesse ponto, pode-se observar diversos reflexos do caráter sexista da sociedade brasileira, onde profissões e trabalhos ligados ao cuidado e a serviços sociais são majoritariamente desempenhados por mulheres. Ainda, quem busca tais serviços, como os do bojo das políticas públicas, são as mulheres, mães, responsáveis pelo bem estar da família.

A condição feminina, prioritariamente no Brasil, se faz objeto atual e necessário de estudo, ao passo que embora tem-se historicamente o avanço das conquistas legislativas, ainda se pode observar os reflexos da construção sexista e patriarcal da sociedade em todos os âmbitos das relações sociais. Assim, a discussão sobre as relações sociais desiguais de sexo se faz necessária para o Serviço Social, por ser uma categoria profissional que busca a compressão crítica e total da realidade social para traçar sua intervenção, carregando em seu projeto ético-político a defesa de uma atuação livre de preconceitos e juízo de valor, e vislumbrando a construção de uma sociedade livre de opressões.

### Referências

BALISCEI, João Paulo; MAIO, Eliane Rose; CALSA, Geiva Carolina. Um ovo azul e outro rosa:: pedagogia Kinder e a construção visual dos gêneros e das infâncias. *Visualidades*, Goiânia, v. 14, n. 1, 2016. DOI <https://doi.org/10.5216/vis.v14i1.36655>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/36655>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. v. 8. São Paulo: Cortez, 2018.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das Cores em Comunicação*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2006. 173 p.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante, 2019. 388 p. ISBN 978-85-93115-26-4.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. [S. l.]: Boitempo, 2014. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-mulher-o-estado-e-a-revolucao-wendy-goldman-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 6. ed. Tradução: Bhuvi Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O bonde do desejo: o movimento feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931). *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan-abril 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100003>. Acesso em: 22 ago. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em junho de 2023 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).